



Na pauta do Comitê de Auditoria em 2016

ACI Institute

Definir prioridades em uma pauta intensa do Comitê de Auditoria nunca é tarefa fácil de ser realizada, e 2016 será um ano particularmente desafiador, dados o nível de volatilidade e incerteza globais — ex.: o ambiente geopolítico, os preços das *commodities*, as taxas de juros, oscilações das moedas, e o crescimento em desaceleração nos mercados emergentes — bem como os avanços tecnológicos que desestabilizam indústrias e modelos de negócio consolidados. Com base em *insights* das últimas pesquisas e interações com membros dos Comitês de Auditoria e lideranças empresariais, destacamos seis itens a serem considerados na avaliação e execução da pauta de 2016.

Manter (ou recuperar) o controle da pauta do Comitê.

Esse importante item do ano passado mantém-se em destaque em 2016. Na Pesquisa Global 2015 do ACI, quase metade dos 1.500 respondentes afirmou achar "cada vez mais difícil" para o Comitê de Auditoria supervisionar os principais riscos, além das suas responsabilidades básicas (relatórios financeiros e controles internos, e supervisão da auditoria interna e independente). Mesmo não havendo novos itens na pauta, os riscos com que muitos Comitês de Auditoria já lidam há algum tempo — ex.: risco de segurança cibernética e de TI, riscos de cadeia de suprimentos e outros riscos operacionais, e riscos de compliance regulatório e legal — tornaram-se mais complexos, assim como aconteceu com as responsabilidades básicas do comitê. Manter a pauta focada — e centrada nos objetivos — exigirá uma agenda flexível e realista, que considere o tempo disponível e a experiência do Comitê de Auditoria; grande foco no que é mais importante (começando com relatórios financeiros e a qualidade da auditoria); a alocação de tempo para discussões importantes, além de não esquecer as atividades obrigatórias de compliance; a maximização do valor da auditoria interna (cumprindo a função de "olhos e ouvidos" do comitê); e a garantia de que o comitê tenha a composição e coordenação corretos. Alguns Comitês de Auditoria já têm reconhecido que a eficiência e a eficácia dependem cada vez mais de passar algum tempo fora da sala de reunião — visitando as instalações da empresa, interagindo com funcionários e clientes, e ouvindo pontos de vista externos — para entender o tom, a cultura, e o ritmo da organização.

Informações financeiras de qualidade começam com o CFO e o departamento financeiro; manter o foco na liderança, no planejamento da sucessão, e na qualidade dos suplentes são fatores críticos

Na nossa Pesquisa Global 2015, 42% dos respondentes afirmaram que os seus comitês de auditoria não são eficazes no plano de sucessão do diretor financeiro. Dada a taxa de rotatividade na função e o papel crítico que o CFO desempenha na manutenção da qualidade das informações financeiras, é essencial que a empresa tenha um plano de sucessão em funcionamento não somente para esse cargo, mas também para outros executivos financeiros importantes, incluindo o controller, o diretor de contabilidade, o diretor de auditoria, o tesoureiro, e talvez dos diretores de compliance e de riscos.

Como o Comitê de Auditoria avalia os talentos da área financeira? Eles recebem o treinamento e os recursos necessários para ter sucesso? Como são motivados a manter-se focados no desempenho de longo prazo da empresa? Quais são as visões do auditor interno e do auditor independente?

Monitorar os cálculos de *fair value*, *impairments*, e os julgamentos que impactam as principais premissas que suportam as estimativas contábeis críticas.

Essas questões, juntamente com contingências, déficit no financiamento de previdência privada, transações relevantes e não usuais, e relações e transações entre partes relacionadas devem continuar sendo uma área de grande foco para o Comitê de Auditoria. Reconheça que os maiores riscos relacionados às informações financeiras da empresa residem frequentemente nas áreas em que a Administração tenha que fazer julgamentos e estimativas complexos. Relatórios financeiros de qualidade requerem um processo disciplinado, robusto e imparcial para a elaboração de julgamentos e estimativas contábeis. Para isto, é necessário entender a estrutura da administração, assegurar-se de que possui os controles adequados em funcionamento, e solicitar a opinião do auditor independente.

Avaliar a prontidão da empresa para a nova norma de reconhecimento de receita do IASB e FASB, e para novos relatórios fiscais específicos de cada país.

O Conselho de Normas Contábeis Financeiras (IASB) e o Conselho Internacional de Normas Contábeis (FASB) adiaram por um ano a data de início da vigência da nova norma de reconhecimento de receita — obrigatório para exercícios sociais das empresas que se iniciarem a partir de 1 de janeiro de 2018. A nova norma, que mudará a maneira como muitas empresas reconhecem a receita proveniente de contratos de clientes terão um impacto significativo em toda a companhia — desde termos de negócios, condições e processos de contratação, até sistemas, dados e processos contábeis.

As empresas deveriam usar o tempo adicional de transição para finalizar planos de implementação, identificar áreas que necessitam de maior atenção, e implementar as mudanças necessárias para processos, sistemas e controles.

A obrigação de divulgar informações fiscais específicas do país para todas as jurisdições também está no futuro próximo. O impacto nas multinacionais será profundo, com implicações significativas para o compliance fiscal e para as áreas que preparam e divulgam informações financeiras, para as políticas de *transfer pricing*, auditorias fiscais, e para o risco apresentado à reputação da empresa. Em outubro, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD) divulgou o seu relatório final — um plano de ação com 15 pontos — focado no tratamento das práticas percebidas de transferência de lucro de empresas multinacionais que contribuem para a erosão das bases fiscais dos países. Nos termos do plano da OECD contra a erosão fiscal (Base Erosion and Profit Shifting - "BEPS") multinacionais com receita maior que 750 milhões de euros deverão fornecer informações detalhadas sobre cada jurisdição em que opera. Os primeiros relatórios dirão respeito a anos fiscais começando em ou após 1º de Janeiro de 2016, com prazo de um ano. (Para multinacionais com fim do ano fiscal em 31 de Dezembro de 2016, o prazo do relatório seria 31 de Dezembro de 2017.) Muitos países sinalizaram a intenção de adotar as recomendações da OECD — incluindo os requisitos do relatório P-a-P — imediatamente. Comitês de Auditoria de multinacionais deverão analisar a prontidão da empresa. Quais sistemas e mudanças de processo serão necessários para obedecer aos novos requisitos de documentação? Já foram analisadas as estratégias de *transfer pricing* e identificadas aquelas que serão contestadas?

Reforçar a qualidade da auditoria e estabeleça expectativas claras para o auditor independente.

A qualidade da auditoria é aprimorada com um Comitê de Auditoria totalmente comprometido. Defina o tom e esclareça as expectativas para o auditor independente, e monitore o desempenho do auditor através de interações frequentes e de qualidade, e de uma avaliação de desempenho robusta. Preste muita atenção a ações para identificar indicadores de qualidade de auditoria (AQIs) que possam fornecer *insights* sobre a qualidade da auditoria. O Comitê de Auditoria, a administração, e o auditor externo identificaram AQIs que aprimorarão o entendimento da auditoria e de como manter ou melhorar a qualidade da auditoria? A avaliação do Comitê de Auditoria sobre o auditor independente leva aqueles AQIs em consideração? Assegure-se de discutir com o auditor independente sobre o sistema de controles internos

da organização — incluindo resultados das inspeções internas e regulatórias, e esforços para endereçar quaisquer deficiências. Mantenha-se informado sobre iniciativas globais de reforma da auditoria independente focadas no aprimoramento da independência, objetividade e ceticismo profissional do auditor — particularmente novos requisitos ISA (*International Standards on Auditing*) que expandem o relatório do auditor, que impactarão muitas companhias em 2016. Além disso, trabalhe com o auditor para entender como o processo de auditoria — tanto a execução quanto os resultados — podem ser impactados pelo uso de data & analytics (D&A), para o qual a maioria das firmas de auditoria vêm tendendo. Lembre-se que a qualidade da auditoria é resultado do trabalho em equipe, que exige o comprometimento e envolvimento de todos os participantes do processo — o auditor, o comitê de auditoria, e a administração.

Considerar como as divulgações da companhia podem expressar melhor a sua história — e do Comitê de Auditoria.

Pense sobre ir além do que é exigido para fornecer um quadro claro não somente do desempenho recente da empresa, mas também para onde ela está indo e os principais riscos que enfrenta. Adicionalmente às métricas financeiras convencionais, a empresa pode proporcionar aos investidores um melhores *insights* sobre os *drivers* de crescimento de longo prazo, tais como a satisfação do cliente, a retenção de talentos, ou a inovação? Iniciativas de divulgação dos agentes reguladores sinalizam o início de uma nova geração de divulgações financeiras mais enxutas e objetivas? Avalie maneiras de aprimorar as divulgações do Comitê de Auditoria (nos seus relatórios e em outros documentos) para proporcionar maior *insight* de como o Comitê de Auditoria realiza as suas responsabilidades de supervisão.

Veja também a publicação "Na Agenda do Conselho de Administração"

Sobre o ACI Institute



Como parte do Board Leadership Center, o ACI Institute promove a troca de informações e desenvolvimento das boas práticas de governança. Lançado em 1999 nos Estados Unidos e em 2004 no Brasil, o ACI é um importante fórum de discussão, que dissemina informações relevantes aos membros de Comitês de Auditoria, de Conselhos Fiscais e de Conselhos de Administração das organizações, permitindo o aprimoramento das percepções sobre suas responsabilidades e atividades, fortalecendo sua forma de atuação.

kpmg.com/socialmedia



kpmg.com/app



Todas as informações apresentadas neste documento são de natureza genérica e não têm por finalidade abordar as circunstâncias de nenhum indivíduo específico ou entidade. Embora tenhamos nos empenhado em prestar informações precisas e atualizadas, não há nenhuma garantia de sua exatidão na data em que forem recebidas nem de que tal exatidão permanecerá no futuro. Essas informações não devem servir de base para se empreender qualquer ação sem orientação profissional qualificada, precedida de um exame minucioso da situação em pauta.

© 2016 KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity. Member firms of the KPMG network of independent firms are affiliated with KPMG International. KPMG International provides no client services. No member firm has any authority to obligate or bind KPMG International or any other member firm vis-à-vis third parties, nor does KPMG International have any such authority to obligate or bind any member firm. All rights reserved. The KPMG name and logo are registered trademarks or trademarks of KPMG International. NDPPS 516610